

## PIBID COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS X

Dalila Ramos de Sousa<sup>1</sup>  
Jefferson Neves Conceição<sup>2</sup>  
Vanessa Cristina Oliveira Aquer<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo foi elaborado no bojo das discussões do componente curricular Tópicos Educacionais da Contemporaneidade-TEC I, como aspecto fundante do trabalho de conclusão do curso de Pedagogia da UNEB-campus X. Apresenta um breve estudo sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e tem por objetivo analisar através de pesquisa bibliográfica a referida proposta e possíveis contribuições para o campo da formação do pedagogo. Visto que se trata de um programa de incentivo e valorização do magistério, e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica. Para entendimento deste estudo o referencial teórico trabalhado ancorou-se nas ideias de Saviani (1984); Nóvoa (2001) Luckesi; (1994); Lück(1986) Libâneo(1989); entre outros contribuíram para a reflexão teórica e metodológica desta pesquisa. Com esta pesquisa conclui-se que formação docente constitui parte fundamental na construção da identidade do educador, o encontro entre a teoria e a prática possibilitado pelo PIBID, antes do estágio curricular obrigatório, tem proporcionado esse processo de maneira significativa.

**Palavras-chave:** Formação inicial; PIBID; Curso de Pedagogia.

---

<sup>1</sup> Discente do V Período do Curso de Pedagogia da Universidade Estado da Bahia – UNEB – Campus X [dallyshow@hotmail.com](mailto:dallyshow@hotmail.com)

<sup>2</sup> Discente do V Período do Curso de Pedagogia da Universidade Estado da Bahia – UNEB – Campus X [Jeff\\_neves92@hotmail.com](mailto:Jeff_neves92@hotmail.com)

<sup>3</sup> Discente do V Período do Curso de Pedagogia da Universidade Estado da Bahia – UNEB – Campus X [nessapedg@hotmail.com](mailto:nessapedg@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

O artigo “O PIBID como o espaço de formação complementar do curso de pedagogia da Universidade do Estado da Bahia- Campus X”, tem como objetivo analisar através de pesquisa bibliográfica a referida proposta e possíveis contribuições para o campo da formação do pedagogo. Visto que se trata de um programa de incentivo e valorização do magistério, e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica. A implantação do subprojeto Alfabetização, letramento e produção e de textos, sobe a coordenação Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho iniciado em setembro de 2012 nas Escolas Municipal Amigos da Natureza e Escola municipal João Mendonça com um grupo diverso da pedagogia no quantitativo de 40 bolsistas , e apresentando as contribuições que o mesmo tem para a formação para o referido curso de pedagogia .

Ao longo das décadas observa-se que a formação de professor tem sido pensada e trabalhada a luz de diversas teorias, fruto do contexto histórico. Visto que formação de professores constitui elemento fundamental para se atingir os objetivos visados pela educação, devendo estar adaptados à realidade presente na sociedade em que se inserem.

Os estudos sobre a história da educação do Brasil, em particular sobre a formação de professores, referem-se, com frequência, à influência estrangeira que a permeou. Partindo desse pressuposto, procura-se entender as influências externas que estruturaram esse tema no Brasil.

Segundo Luckesi (1994 p.60), o papel da escola num sistema social harmônico, orgânico e funcional, a escola funciona como modeladora do comportamento humano, através de técnicas específicas. À educação escolar compete organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global. Tal sistema social é regido por leis naturais (há na sociedade a mesma regularidade e as mesmas relações funcionais observáveis entre os fenômenos da natureza), cientificamente descobertas. Basta aplicá-las.

De acordo com Pereira (2000), em 1970 os formadores de docentes preocuparam-se com a formação técnica e instrumental do professor, constituindo, deste modo, técnicos em educação. Em contraposição à esta formação, surge na década seguinte a discussão acerca da necessidade de se formar um professor educador, ou seja, um agente educacional mais envolvido com o contexto sócio-político de sua profissão .

O Programa de Iniciação a Docência (PIBID), insere-se no contexto da formação de professor objetivando proporcionar aos acadêmicos bolsista do curso pedagogia, o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores elevando a qualidade da formação inicial nos cursos de licenciatura promovendo a integração entre educação superior e educação básica. O PIBID de Pedagogia é uma nova experiência de formação inicial de professores para atuarem nos anos iniciais do ensino fundamental que objetiva estimular a docência por meio de implementação de práticas pedagógicas que visem os processos de letramento e alfabetização

O referido programa promove a integração entre educação superior e educação básica ao tempo em que insere os graduandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem.

Além do que o PIBID oportuniza a criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem. Articulando também a teoria e prática na formação dos docentes e aumentando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. Com isso iremos observar a importância e relevância da integração entre educação superior e educação básica; e das atividades realizadas para o crescimento pessoal e profissional.

Com a intenção de se construir e consolidar uma carreira profissional com base sólida, o PIBID se torna mais uma ferramenta de formação dos graduandos, se configura de forma semelhante às atividades de estágio. Nesse sentido, proporciona ao futuro professor contato direto com a realidade que o espera, experimentando os desafios e dilemas profissionais (AGUIAR; CRUVINEL, 2008).

. Com base nos estudos e pesquisas realizados por Soares (1998, 2004) e Mortatti (2004), compreende-se alfabetização como processo de aprendizagem de habilidades necessárias aos atos de ler e escrever e letramento como o estado ou a condição do sujeito que incorpora práticas sociais de leitura e escrita.

Conforme descrição exposta, este trabalho trata-se de uma análise documental bibliográfica. A análise documental vai ter como foco a discussão do referencial teórico que orienta o PIBID, tendo como fonte a legislação e os documentos produzidos pelos órgãos

oficiais, como Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Governo Federal e de Instituições de Ensino Superior.

A análise bibliográfica ancora-se ainda no banco de teses e dissertações da CAPES, nos trabalhos publicados e pôsteres dos bolsistas que participa ou já participaram do programa desde 2012. De acordo com Salvador (1986, p. 97) a pesquisa exploratória pode oferecer “uma ideia bastante exata da localização e das reais possibilidades das informações existentes” onde reside o nosso entendimento e discursões.

O artigo está organizado considerando, (PIBID) em seguida os objetivos do programa, sua funcionalidade as modalidades de bolsa seus recursos. Por fim são apresentadas as considerações sobre a pesquisa

## PERCURSO DA FORMAÇÃO DE PROFESSOR NO BRASIL

Os estudos sobre a história da educação do Brasil, em particular sobre a formação de professores, referem-se, com frequência, à influência estrangeira que a permeou. Partindo desse pressuposto, procura-se entender as influências externas que estruturaram esse tema no Brasil.

O estabelecimento das escolas destinadas ao preparo específico dos professores para a execução de suas funções chegou juntamente com os jesuítas, em 1549, quando os princípios cristãos cultivados em Portugal impregnaram cada momento da educação no Brasil.

Os primeiros professores brasileiros receberiam uma formação baseada nos clássicos antigos, voltada aos padrões da sociedade europeia cristã que privilegiavam a retórica com a eloquência ciceroniana como marca na formação de representantes da Companhia de Jesus. Essa formação, recebida em Portugal ou, mais tarde, no Brasil, constituía a primeira e marcante influência externa na formação de professores da terra recém-conquistada.

Segundo Carvalho (1978) ,com a chegada do marquês de pombal, em 1759, foi desmantelada a estrutura administrativa baseada na educação religiosa jesuítica, instituindo em seu lugar as aulas régias, simbolizando a criação da escola pública no reino e o comprometimento de intelectuais luso-brasileiros com a ilustração.

O processo de seleção dos professores para essas aulas eram realizadas por meio de concursos, motivados pela abertura de novas vagas, pela aposentadoria, pela morte ou pelo afastamento do professor que ocupava a cadeira. Entretanto, é importante ressaltar que não era exigido dos candidatos a professor qualquer diploma ou comprovante de habilitação para o cargo pretendido.

A lei da educação elementar, de 15 de outubro de 1827, é a que primeiro estabelece exames de seleção para mestres e mestras. Os professores seriam examinados em sua proficiência na aplicação do método do ensino mútuo, no qual deveriam se aperfeiçoar, às suas expensas. A instrução no domínio do método caracteriza uma primeira intenção de preparar docentes, ainda que de forma exclusivamente prática e sem base teórica.

Segundo Ribeiro (2000) as primeiras escolas normais brasileiras, estabelecidas por iniciativa das Províncias após o Ato Adicional de 1834, seguiram o modelo europeu, mais especificamente o francês. Consoante a isto, a primeira escola normal brasileira foi criada na Província do Rio de Janeiro, pela Lei nº 10, de 1835, que determinava:

“Haverá na capital da Província uma escola normal para nela se habilitarem as pessoas que se destinarem ao magistério da instrução primária e os professores atualmente existentes que não tiverem adquirido necessária instrução nas escolas de ensino mútuo, na conformidade da Lei de 15/10/1827.”

A escola seria regida por um diretor, que exerceria também a função de professor. Já na década de 1930, à medida que a educação ganhava importância como área técnica, diversificavam-se as funções educativas, surgindo cursos especificamente destinados à preparação de pessoas para desempenhá-las. Cursos regulares de aperfeiçoamento do magistério e de formação de administradores escolares apareceram no estado de São Paulo e no Distrito Federal. Com a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) em 1938, foram contempladas as necessidades de qualificação de pessoal para a administração escolar, oferecendo cursos para diretores e inspetores comissionados pelos estados.

Segundo Aranha (1996), em 1939 foi criado o curso de Pedagogia, visando à dupla função de formar bacharéis, para atuar como técnicos de educação, e licenciados, destinados à docência nos cursos normais. Iniciava-se um esquema de licenciatura que passou a ser conhecido como “3 + 1”, ou seja, três anos dedicados às disciplinas de conteúdo – no caso da Pedagogia, os próprios “fundamentos da educação” – e um ano do curso de Didática, para a formação do licenciado. Durante o Estado Novo, o ensino normal sofreu a primeira regulamentação do governo central em decorrência da orientação centralizadora da administração. Em consonância com essa orientação, essa política educacional traduziu-se na tentativa de regulamentar minuciosamente em âmbito federal a organização e o

funcionamento de todos os tipos de ensino no país, mediante “Leis Orgânicas do Ensino”, decretos-leis federais promulgados de 1942 a 1946.

A preocupação com a metodologia do ensino continuava a se fazer presente, uma vez que as tentativas de “modernização” do ensino, que ocorriam na escola média e na superior, atingiram também o ensino primário e a formação de professores. Assim, surgiu o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), de 1957 a 1965, que objetivou a instrução de professores das escolas normais, no âmbito das metodologias de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 4.024, de 20/12/1961, não trouxe soluções inovadoras para o ensino normal, conservando as grandes linhas da organização anterior, seja em termos de duração dos estudos ou de divisão em ciclos. No que diz respeito ao aumento dos estudos e à elevação do nível de formação, começam a aparecer iniciativas favoráveis à formação do professor primário em nível superior.

Com a LDB 4.024/61, o curso normal então disponível começava a se descaracterizar como instância adequada para formação do professor das séries iniciais, processo esse que se acentuaria aos poucos com as mudanças decorrentes da legislação das décadas posteriores e com a deterioração das condições de trabalho e de remuneração que acompanharam o processo de expansão do ensino de primeiro grau.

A reordenação do ensino superior, decorrente da Lei 5.540/68, teve como consequência a modificação do currículo do curso de Pedagogia, dividindo-o em habilitações técnicas, para formação de especialistas, e orientando-o não somente para a formação do professor do curso normal, mas também do professor primário em nível superior, mediante o estudo da Metodologia e Prática de Ensino de 1º Grau. A Lei 5.692/71, contemplou a escola normal e, no bojo da profissionalização obrigatória adotada para o segundo grau, transformou-a numa das habilitações desse nível de ensino, eliminando de vez a profissionalização antes ministrada em escola de nível ginásial. Com isso, desapareciam os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o curso normal passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia.

É chegada a década de 1980, percebe-se um esforço no sentido de melhorar a formação dos professores para as séries iniciais consoante a uma progressiva remodelação pela qual passou o Curso de Pedagogia, de modo a procurar adequar-se também à preparação

do professor para as séries iniciais, tarefa essa que vinha desempenhando sem estar devidamente instrumentado.

Nos anos 1990, algumas experiências relativas à formação docente, em nível superior, de professores para o início da escolaridade vieram se desenvolvendo em alguns estados brasileiros, em Institutos Superiores de Formação de Professores.

Embora em escala reduzida, tais experiências devem ser registradas como reflexo das preocupações pertinentes à melhoria da qualidade da formação e como tendência cada vez mais destacada de elevar essa formação ao nível superior. Entretanto, foram verificadas falhas na política de formação, que se faziam acompanhar de ausência de ações governamentais adequadas pertinentes à carreira e à remuneração do professor, o que acabava por se refletir na desvalorização social da profissão docente, com consequências drásticas para a qualidade do ensino em todos os níveis.

A formação de professores foi se constituindo enquanto parte fundamental da profissão docente em nosso país, a fim de que se possa prosseguir na leitura por meio da legislação atual do ensino, iniciada.

Sendo assim percebe-se, que há uma preocupação com a qualidade da formação que tem sido oferecida aos futuros docentes.

No intuito de atender essas demandas o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), criado pelo Governo Federal busca promover a construção de uma articulação entre o ensino superior e o básico por meio da contemplação de ações didáticas que levem em consideração essas instâncias.

### **3 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA**

O PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa surgiu em 2007, pelo Ministério de Educação e implementado pela CAPES/FNDE. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvida por Instituições de Educação Superior (IES), em parceria com escolas de educação básica da rede públicas de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

### 3.1 OBJETIVOS DO PROGRAMA

Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; contribuir para a valorização do magistério; elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; inserir os licenciando no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

#### 3.1.2 proposta de funcionamento do PIBID

Segundo a capes as Instituições de Educação Superior interessadas em participar do PIBID devem apresentar à Capes seus projetos de iniciação à docência conforme os editais de seleção publicados. Podem se candidatar IES públicas e privadas com e sem fins lucrativos que oferecem cursos de licenciatura.

As instituições aprovadas pela Capes recebem cotas de bolsas e recursos de custeio e capital para o desenvolvimento das atividades do projeto. Os bolsistas do PIBID são escolhidos por meio de seleções promovidas por cada IES.

#### 2.1.3 Modalidades de bolsa

A Capes concede cinco modalidades de bolsa aos participantes do projeto institucional:

MODALIDADES	VALORES
Iniciação à docência – para estudantes de licenciatura das áreas abrangidas pelo subprojeto	R\$400,00 (quatrocentos reais).
Supervisão – para professores de escolas públicas de educação básica que supervisionam, no mínimo, cinco e, no máximo, dez bolsistas da licenciatura.	R\$765,00(setecentos e sessenta e cinco reais).

Coordenação de área – para professores da licenciatura que coordenam subprojetos.	R\$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).
Coordenação de área de gestão de processos educacionais – para o professor da licenciatura que auxilia na gestão do projeto na IES.	R\$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).
Coordenação institucional – para o professor da licenciatura que coordena o projeto PIBID na IES.	R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Esse quadro representa as modalidades das bolsas oferecida pela capes, as mesmas são pagas diretamente aos bolsistas, por meio de crédito bancário.

### 3.1.4 Recursos de custeio e capital

Instituições públicas e privadas sem fins lucrativos participantes do Pibid podem receber recursos financeiros para custear despesas essenciais à execução dos projetos, por exemplo, a aquisição de material de consumo para as atividades desenvolvidas nas escolas. A Capes pode conceder tanto recursos de custeio como de capital, conforme definido nos editais de seleção.

Sendo assim entre teoria e prática, e não uma relação de sobreposição entre os dois campos, observa-se nos princípios estipulados pelo PIBID como basilar para o desenvolvimento de um programa de formação de professores. Segundo o Relatório de Gestão do PIBID 2009 - 2011, realizado pela Diretoria de Educação Básica e Presencial (DEB), os princípios básicos sobre os quais o PIBID foi constituído estão de acordo com os pressupostos de Nóvoa (2009) e Neves (2012) e são:

1. Formação de professores referenciada no trabalho na escola e na vivência de casos concretos;
2. Formação de professores realizada com a combinação do conhecimento teórico e metodológico dos professores das instituições de ensino superior e o conhecimento prático e vivencial dos professores das escolas públicas;
3. Formação de professores atenta às múltiplas facetas do cotidiano da escola e à investigação e à pesquisa que levam à resolução de situações e à inovação na educação;
4. Formação de professores realizada com diálogo e trabalho coletivo, realçando a responsabilidade social da profissão. (BRASIL, 2012, p. 5).

Pode-se notar tanto nos princípios do PIBID, quanto em seus objetivos uma proximidade com as ideias elaboradas por D. Schön (2000), Nóvoa (2009), Neves (2012), Dentre outros, com relação a uma formação profissional de melhor qualidade. Perante esta

aproximação, destacamos a preocupação com a qualidade atual da formação profissional desenvolvida pelas Instituições responsáveis; a necessidade de formação a partir de situações concretas; a inserção de profissionais da “prática” na formação dos futuros profissionais.

Quanto à formação inicial para o exercício da docência, PIBID Pedagogia é uma possibilidade para os acadêmicos que estão em formação à iniciação à docência nas escolas. De acordo com o portal do MEC, ao que diz respeito ao PIBID:

O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais. A intenção do programa é unir as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas, a favor da melhoria do ensino nas escolas públicas em que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) esteja abaixo da média nacional, de 4,4. Entre as propostas do Pibid está o incentivo à carreira do magistério. (BRASIL, 2011b)

O PIBID visa criar essa relação entre a universidade e escola pública, levando universitários que estão cursando Pedagogia licenciatura, para a escola com o intuito de melhorar a qualidade do ensino e construir um espaço de ação – reflexão - ação para qualificar a prática pedagógica das bolsistas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que formação docente constitui parte fundamental na construção da identidade do educador, o encontro entre a teoria e a prática possibilitado pelo PIBID, antes do estágio curricular obrigatório, tem proporcionado esse processo de maneira significativa. Os professores constroem a sua identidade por referência a saberes (práticos e teóricos).

Nesse contexto, o desenvolvimento das atividades do PIBID corrobora para o aprimoramento do futuro educador que deverá atuar nesse complexo espaço que é a escola contemporânea e que, enquanto educador, deve conhecer o universo cultural dos seus alunos, ajustando as suas práticas de ensino à realidade social e cultural dos indivíduos, formando profissionais críticos, abertos e preparados para as mudanças que ocorrem a todo o momento em todos os âmbitos da sociedade.

A construção de conhecimentos educacionais de maneira global e interdisciplinar contribui na formação da identidade docente coerente com as demandas atuais, visto que a

atividade educativa não é neutra, uma vez que proporciona uma visão de mundo e valoriza a bagagem trazida. O bolsista do PIBID tem a oportunidade de atuar na sala de aula, deixando de imaginar a prática docente fantasiosamente. O contato com a realidade amplia e encoraja o graduando a atuação no ambiente escolar.

A reflexão sobre a prática estimula a busca de ensinamentos inovadores, estabelecendo conexão entre a teoria e a prática do dia-dia escolar. E esse processo é relevante na formação desses bolsistas, beneficiando a qualidade na educação, pois a sociedade carece dessa formação visto que está sempre em transformação.

#### 4 REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação** / Maria Lúcia de Arruda Aranha- 2. Ed.rev. e atual.- São Paulo: Moderna. 1996.

AGUIAR, Adriana; CRUVINEL, Flavia. **O Estágio Curricular Supervisionado no Cursode Educação Musical – Habilitação em Ensino Musical Escolar: Desafios na Formação do Professor de Música.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EMMÚSICA, 8., 2008, Goiânia. **Anais...**Goiânia: SEMPEM, 2008. p.343-350.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: 1996.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública.** São Paulo: Saraiva: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Positivo, 2009Ludke,Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas/menga Ludke,Marli E.D.A. André.-São Paulo:EPU,1986.

Luckesi, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação/Cipriano Carlos luckesi.** –são Paulo:Cortez, 1994,(coleção magistério 2º grau. Serie formação do professor

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 1989. (Coleção Educar,1).

NÓVOA, António. Novas disposições dos professores: **A escola como lugar da formação;** Adaptação de uma conferência proferida no II Congresso de VASCONCELLOS, Celso S. Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação. 8. ed. São Paulo: Libertad, 2001

RIBEIRO, Maria Luíza Santos. História da Educação Brasileira: **a organização escolar.** 18 ed. ver. ampl.. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: teorias **da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** São Paulo: Cortez, 1984.